

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

A Administração da SPE ÉRICO BITENCOURT ENERGÉTICA S.A. (“Companhia”), em cumprimento às determinações legais e estatutárias pertinentes, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, informando que a documentação relativa às contas ora apresentadas encontra-se à disposição dos acionistas, estando à Diretoria à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais, se necessários.

Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia foi constituída com o propósito específico de promover o desenvolvimento, a construção, a operação e a manutenção de uma Central Hidrelétrica com potência de 30MW, localizada no Rio Claro, no Estado de Goiás (“PCH Eng. Érico Bitencourt de Freitas”), cadastrada com o Código único do Empreendimento de Geração – CEG: PCH.PH.GO.037826-7.01, bem como comercializar a energia elétrica por ela produzida.

Sequencialmente, a fim de cumprir o seu objeto social e ao Acordo de Investimentos de que são signatários seus acionistas, em 22 de agosto de 2025, o grupo acionista participou do Leilão de Energia nº 03/2025-ANEEL (A-5/2025) e comercializou o montante de 20,1 MWmed. (vinte vírgula um megawatts médios) de energia, com início de suprimento previsto para 1º de janeiro de 2030, ao preço de R\$ 402,90/MWh (quatrocentos e dois reais e noventa centavos por megawatt hora), valor referenciado a agosto/2025 e atualizado anualmente pelo IPCA, com contrato de fornecimento pelo prazo de 20 anos.

Após o leilão, o grupo acionista indicou a Companhia para recebimento da Outorga de Autorização, a ser expedida pelo MME no início do exercício de 2026, encontrando-se atualmente em Período de Implantação consistente na fase de detalhamento dos estudos de engenharia e meio ambiente, pendente a obtenção das licenças ambientais necessárias para o início das obras.

De momento, a Companhia aguarda a publicação, pelo MME – Ministério das Minas e Energia, do ato de outorga da autorização correspondente ao Leilão A-5, prevista para início de 2026, bem como a assinatura dos contratos CCEARs com os compradores, que estão previstos para serem firmados no primeiro semestre de 2026, conforme cronograma do Edital do Leilão.

Por fim, agradecemos os acionistas, conselheiros, empregados, agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito constituição da Companhia e início de suas atividades.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2025.

**A Administração.**

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### Da Sociedade

A SPE Érico Bintecourt Energética S.A. (“Companhia” ou “Érico Bintecourt”) é uma subsidiária direta da Minas PCH S.A. e foi constituída em 27 de fevereiro de 2025 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n.º 874, 10º Andar, Edifício Diamond Arch, no bairro da Savassi, na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, CEP 30.112-021.

A Companhia tem por objeto o propósito específico de implantar e explorar o potencial hidráulico da usina hidrelétrica – PCH ÉRICO BITENCOURT, localizada no estado de Goiás, no trecho entre o canal de fuga da PCH Jataí e o remanso do reservatório da UHE Caçu, afluente pela margem direita do Rio Paranaíba, sub-bacia 60, cujo licenciamento foi aprovado pela ANEEL através do Despacho n.º 2.847, de 11 de julho de 2011, e comercializar a energia elétrica nela gerada e, ainda, exercer outras ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculada ao seu propósito específico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Sociedade, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

<u>Norma</u>	<u>Descrição das alterações</u>
CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.
OCPC 10: Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de emissão (Allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	Esta orientação técnica, visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro, assim como reconhecimento dos efeitos de compromissos assumidos de descarboxinação.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11	Alterações ao CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 (R1)	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 (R1)	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.
Alterações ao CPC 51	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

Exceto pelo CPC 51, o qual a Diretoria da Sociedade está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 3.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 4.1 Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação/ construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

## 4.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

## 4.3 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

## 4.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, despesas bancárias e outras despesas.

## 4.5 Imposto de renda e contribuição social

No exercício de 2025, a Companhia adotou o regime tributário do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240.000 para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

## 4.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>
Bancos	5.933
	<u>5.933</u>

## 6. IMOBILIZADO

### a) Composição do imobilizado

Composição do imobilizado	Taxa média de depreciação % a.a. (*)	Custo Histórico	Depreciação acumulada	31/12/2025
Computadores e periféricos	20%	18.116	(936)	17.180
Imobilizações em andamento	-	111.793	-	111.793
		<u>129.909</u>	<u>(936)</u>	<u>128.973</u>

b) Movimentação do imobilizado

Custo:	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Computadores e periféricos	-	18.116	18.116
Imobilizações em andamento	-	111.793	111.793
	-	129.909	129.909
(-) Depreciação:			
Computadores e periféricos	-	(936)	(936)
	-	(936)	(936)
Imobilizado Líquido	-	128.973	128.973

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2025
Impostos retidos na fonte	2.625
	2.625

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 10.000, representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Número de ações	% Participação
Minas PCH S.A.	9.000	90%
FR Incorporadora Ltda.	500	5%
Companhia Bitencourt CELG Participações - CELGPARG	500	5%
	10.000	100%

Capital social a integralizar

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 9.000,00 permanece registrado no Patrimônio Líquido como Capital Social a Integralizar, representando a parcela do capital subscrito ainda não integralizada pelos sócios.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2025, foi consignado na contabilidade sob a rubrica de AFAC - Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, o valor total de R\$ 188.973 do sócio Minas PCH S.A., para futura integralização de capital.

b) Resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 5.591, reflexo do resultado negativo apurado no exercício.

9. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Serviços de terceiros	(4.175)
Depreciação e amortização	(936)
Despesas administrativas	(499)
Tributos	(6)
<b>Total</b>	<b><u>(5.616)</u></b>
 Despesas operacionais	 (5.616)

## 10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>
Despesas financeiras:	
Despesas bancárias	(9)
	<u>(9)</u>
Receitas financeiras:	
Rendimentos de aplicações em renda fixa	34
	<u>34</u>
<b>Total líquido</b>	<b><u>25</u></b>

## 11. COBERTURA DE SEGUROS

### Garantia de Fiel Cumprimento - ACR

Esta apólice garante riscos declarados de indenização, pelos prejuízos e/ou multas decorrentes de eventuais descumprimentos de obrigações assumidas, durante a fase de implantação da obrigação garantida no Edital do leilão: 03/2025 – ANEEL (Leilão A-5 de 2025). Com vigência até 01 de maio de 2030.

## 12. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em XX de março de 2026.

### Composição do Conselho de Administração

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho  
Presidente

Walter Nunes Seijo Neto  
Conselheiro - Vice - presidente

### Composição da Diretoria

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho  
Diretor

Augusto César Campos de Sousa Machado  
Diretor

INTEGRIS  
CONTABILIDADE  
LTDA:07199141000  
124

Assinado de forma digital por INTEGRIS  
CONTABILIDADE LTDA:07199141000124  
DN: c=BR, st=MG, l=BELO HORIZONTE, o=ICP-  
Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e CNPJ A1, ou=RF BRASIL  
CERTIFICADOS (VALID), ou=Videoconferencia,  
ou=05140735000105, cn=INTEGRIS  
CONTABILIDADE LTDA:07199141000124  
Dados: 2026.03.17 15:40:52 -03'00'

Integris Contabilidade Ltda  
CRC MG-007054/O